

Política



DIREITOS DIGITAIS
Lewandowski muda comando de secretaria
Advogada Estela Azeiteiro será substituída por Lilian Cintra de Melo no cargo



ELEMENTOS DE PROVA

Ex-comandante do Exército é mais um a reforçar participação de Bolsonaro em trama golpista

MALU GASPARI, RAFAEL MORAES
MOURA E MARIANA MUNIZ
publico@oglobo.com.br
e1000000

O depoimento de mais de oito horas do general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, à Polícia Federal, na última sexta-feira, é o mais novo elemento a reforçar a suposta participação de Jair Bolsonaro em uma trama golpista para se manter no poder. Fontes envolvidas com a investigação relataram que o general confirmou ter participado da reunião em que o então presidente discutiu uma minuta de golpe com os chefes das Forças Armadas e afirmou ter dito ao ex-presidente, em mais de uma ocasião, que não foi encontrada nenhuma prova de fraude nas urnas eletrônicas.

Já ao ser questionado sobre os acampamentos golpistas mantidos em frente ao quartel do Exército, em Brasília, Freire Gomes disse ter agido conforme parecer técnico da Advocacia-Geral da União (AGU), de 2019, de que apenas com ordem judicial seria possível realizar uma operação de remoção. O general teria afirmado à PF que uma ação do Exército sem que houvesse uma determinação da Justiça poderia levar a um estado de "comunicação social".

INICIAÇÕES GOLPISTAS

Em seu depoimento, Freire Gomes disse ter se manifestado contra iniciativas golpistas de Bolsonaro, tanto em reuniões com o próprio presidente quanto em discussões reservadas no Ministério da Defesa. O ex-comandante do Exército depôs na condição de testemunha, como ajudou no aprofundamento da apuração, integrantes da Polícia Federal avaliaram que a postura colaborativa afasta o risco de Gomes ser acusado de prevaricação, como querem militares bolsonaristas em retaliação ao general —ele chegou a ser chamado de "cagão" pelo ex-ministro Walter Braga Netto, em trocas de mensagens, por ter resistido às investigações.

O depoimento do ex-comandante ainda está mantido sob sigilo, mas a expectativa é de que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), divulgue o seu inteiro teor em breve. Procurada, a defesa de Freire Gomes informou que não se manifestaria.

O ex-comandante do Exército confirmou à PF ter participado da reunião em que Bolsonaro discutiu com comandantes das Forças Armadas uma minuta de golpe, como relatou em delação premiada o ex-ajudante de ordens do então presidente, o tenente-coronel Mauro Cid. Conforme revelou a colunista Miriam Leitão, o general relatou que foram apre-



Depoimento. Bolsonaro e Freire Gomes: ex-comandante do Exército confirmou à PF reunião em que o então presidente teria discutido uma minuta de golpe

ARTICULAÇÃO DO GOLPE

Principais provas reunidas pela Polícia Federal

A PF encontrou na sala do ex-presidente Jair Bolsonaro, na sede do FI, em Brasília, documento que prevê uma declaração de estado de sítio e um decreto de Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no país.

Atualmente, diante de todo o exposto e para assegurar a necessária restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil, visando a forma impositiva de garantir a ordem constitucional, com base em disposições expressas da Constituição Federal de 1988, declaro o Estado de Sítio, e, como ato contínuo, decreto Operação de Garantia da Lei e da Ordem, com [...]

Os investigadores também destacaram participação de Bolsonaro em reunião contra o TSE

realizada três meses antes das eleições de 2022 e na formulação de uma minuta golpista

que previa a prisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF



sentadas a ele duas versões pelo próprio ex-presidente e pelo ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, avisando que aquilo tinha que ser implementado.

Segundo as investigações, o ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Filipe Martins, que está preso preventivamente, teria entregue a Bolsonaro, em dezembro de 2022, minuta que detalhava supostas interferências do Judiciário no Executivo e decretava a prisão de autoridades. Segundo os investigado-

REUNIÃO MINISTERIAL
A PF teve acesso a um vídeo de uma reunião ministerial realizada por Bolsonaro em 5 de julho de 2022 no Palácio. A gravação estava em um computador apreendido na casa do ex-ajudante de ordens Mauro Cid. Para a corporação, há uma "dinâmica golpista, no âmbito da alta cúpula do governo".

DOCUMENTO
As investigações apontam que Bolsonaro recebeu de Filipe Martins, então assessor especial para assuntos internacionais, documento que detalhava supostas interferências do Judiciário no Executivo. Ao final, a minuta decretava a prisão de autoridades, como os ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, além do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

MENSAGEM DE ÁUDIO
Em áudio enviado para o então comandante do Exército, general Freire Gomes, em 9 de dezembro de 2022, dois dias após reunião de Bolsonaro com a cúpula das Forças Armadas, Mauro Cid afirmou que o ex-presidente "enxugou o decreto" e tornou o "e mais 'resumido'".

"VIRAR A MESA"
Na ocasião, o ministro Augusto Heleno (GS) afirmou que se "tiver que virar a mesa e antes das eleições". Ele também se referiu, segundo a PF, que teria orientado a Abin a "fazer agentes nas campanhas eleitorais". O ministro, porém, logo foi caçado por Bolsonaro, que pediu para o tema ser tratado apenas com ele.

Esse é o que ele fez hoje. Ele virou a mesa e disse: 'ah, agora eu vou virar a mesa e vou virar a mesa'. E o ministro, porém, logo foi caçado por Bolsonaro, que pediu para o tema ser tratado apenas com ele.

O ex-comandante do Exército, general Freire Gomes, disse à PF que se opôs aos planos golpistas de Bolsonaro. E deu detalhes da reunião em que se discutiu a minuta do golpe.

ENTREVISTA DE ARTE

Cid deve prestar novo depoimento até terça-feira

> Ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid deve prestar novo depoimento à Polícia Federal nos próximos dias. Adesão do militar foi acordada para marcar uma oitiva, que deve acontecer entre amanhã e a terça-feira da semana que vem.

> Cid fechou um acordo de delação premiada que foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2023. Ele deve ser instado a dar mais detalhes sobre o papel do então presidente em suposta trama golpista.

> Mensagens obtidas pela PF no celular de Cid mostram que ele chegou a discutir o suposto plano como então co-

mandante do Exército, general Freire Gomes.

> "Ele hoje ele me deu aquele decreto, né. Ele reduziu bastante e fez alguns mais direitos, objetivo, curto e limitado", disse o então ajudante de ordens a Freire Gomes.

> A mensagem foi enviada em 9 de dezembro de 2022, dois dias depois de reunião no Palácio da Alvorada, de

Bolsonaro com os comandantes das Forças Armadas, nas quais o então presidente teria apresentado uma minuta golpista.

> O ex-ajudante de ordens também deve ser perguntado sobre a participação de outros militares da cúpula das Forças Armadas na discussão do plano golpista (Eduardo Gonçalves e Paula Serra)

res, Bolsonaro teria solicitado alterações no documento, como a retirada da ordem de prisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mantendo no texto apenas a prisão do ministro Alexandre de Moraes.

A PF aponta que, uma vez atendida a solicitação e apresentada a nova versão da minuta, Bolsonaro teria convocado os chefes das Forças Armadas ao Alvorada, a fim de apresentar o documento e "pressioná-los a aderir ao golpe de Estado". Em depoimento à PF, Filipe Martins negou, segundo fontes ligadas à investigação, que tenha redigido ou auxiliado na redação da chamada "minuta golpista", e disse que jamais entregou qualquer documento que determinasse um golpe de Estado ou a prisão ilegal de autoridades.

ACAMPAMENTOS GOLPISTAS

Questionado pela PF se teria obedecido ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro para a manutenção dos acampamentos, Freire Gomes disse ter agido conforme as regras fundamentais no parecer elaborado pela AGU para o Ministério da Defesa, em 2019. A defesa da general junta o documento ao processo que tramita no STF.

No parecer feito pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa, a AGU diz que as Forças Armadas podem promover, "no perímetro de 1.320 metros em torno dos estabelecimentos militares", "ações típicas de polícia administrativa, não lhes sendo dada, todavia, o dever de efetuar prisões em flagrante delito nos crimes comuns". Produzido pela Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, o parecer da AGU foi uma resposta a um processo administrativo de "unifomização de tesse relativo às ações de polícia administrativa, patrulhamento, fiscalização de trânsito e pessoas na área de servidão militar". Freire Gomes não foi o único integrante da cúpula das Forças Armadas a implicar Bolsonaro na suposta trama golpista: o ex-comandante da Aeronáutica Carlos Baptista Júnior também ajudou a preencher "lacunas importantes do caso", segundo envolvidos nas apurações. Ontem, a defesa de Bolsonaro (PL) pediu ao ministro Alexandre de Moraes acesso aos depoimentos dos ex-comandantes. A Moraes, os advogados de Bolsonaro pedem que haja uma "atualização dos autos" com "termos de declarações relativos às últimas oitivas realizadas", incluindo os depoimentos dos dois ex-comandantes.